

1 Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos  
2 Em 21 e 22 de setembro de 2010, no Hotel Lake Side, no Setor Hoteleiro Turístico Norte,  
3 Trecho 1, Lote 2, Projeto Orla 3, em Brasília, DF, no horário de 9h00 às 17h30 no dia  
4 21/09/2010 e 9h00 às 13h00 no dia 22/09/2010, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do  
5 Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Participantes: Alberto Jorge da Rocha  
6 Silva (MMA), Ana Cecília Bezerra Carvalho (Anvisa), Ana Lúcia Araújo (SEPED/MCT),  
7 Celerino Carriconde (CNMP/PE), Daniella Vasconcelos (MDA), Douglas Duarte Q. Rego  
8 (Alanac), Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira (Mapa), Ivanildo Tajra Franzosi (Casa  
9 Civil/PR), Jaqueline Evangelista Dias (Articulação Pacari), José Miguel do Nascimento Júnior  
10 (MS), Letícia Rolim Abadia (MMA), Luciana de Oliveira Melo (MI), Luís Carlos Marques  
11 (Uniban), Maria das Graças Pereira e Silva (Rede Fitovida/RJ), Maria Jocicleide Lima de  
12 Aguiar (GTA/AC), Márcia de Souza Pontes (MDIC), Márcia Maria Pilatti (MDIC), Maurício  
13 Jorge S. Reis (MinC), Ricardo Tabach (MEC), Rosa Maria Peres Kornijezuk (Mapa), Sérgio  
14 Tinoco Panizza (Conbrafito), Solange de Castro (Agrotec/GO), Suzana Ester Nascimento Ogava  
15 (CONASEMS), Teolide Parizotto Turcatel (Laboratório Yantên). Ausências justificadas:  
16 Elizaldo Carlini (MEC), Isidoro Salomão (Rede Pantanal), Luiz Henrique Canto Pereira (MCT),  
17 Valcler Rangel Fernandes (Fiocruz), Kléber Alves dos Santos Berté (Associação Paranaense de  
18 Plantas Medicinais), Anny Margali Maciel Trentini (Abifisa), Ademir Valério Silva  
19 (Anfarmag), Vanderlan Bozan (UNESP), Raimundo Nonato Pereira Silva (Acbantu).  
20 Convidados: Ângelo Giovani (DAB/SAS/MS), Vicente dos Santos (Povo Indígena Xacriabá),  
21 Maria Aparecida Barros (Povo Indígena Xacriabá). Ouvintes: Déborah Bosco Silva (MI/SDR),  
22 José Everaldo (Conbrafito), Joseane Costa (Fiocruz), Letícia Abadia (MMA). Secretaria  
23 Executiva: Benilson Beloti, Katia Torres (DAF/SCTIE/MS). **I - Abertura da reunião:**  
24 Confirmado o quórum, a reunião foi aberta pelo Representante Titular do Ministério da Saúde  
25 (MS), José Miguel do Nascimento Júnior, Diretor do DAF, que deu as boas vindas a todos. **II -**  
26 **Instalação dos trabalhos pela Secretaria Executiva:** José Miguel consultou os presentes se  
27 todos concordavam com a pauta proposta, tendo como Ordem do Dia: a) Resultados da Reunião  
28 do GT Uso Tradicional; b) Resultados da reunião do GT Critérios para Listas do PNPMF; c)  
29 Avaliação da Série “É Bom pra quê?”. Para os informes da Secretaria foi especificado o  
30 seguinte tópico: i) Consulta Pública nº 85 - Farmácias Vivas. Teolide Turcatel (Agricultura  
31 Familiar/Laboratório Yantên) sugeriu que não se discutisse apenas a Consulta Pública 85, mas  
32 também sobre o tema Farmácias Vivas. Luís Marques (Uniban) comentou que o assunto da série  
33 “É bom pra quê?” é muito importante pelo aspecto negativo que apresentou a Fitoterapia.  
34 Sugeriu que fosse resgatado no primeiro dia, para que houvesse tempo de posicionamento do  
35 Comitê. José Miguel disse que na última reunião foi criado um grupo de trabalho (GT) para  
36 discussão do tema Uso Tradicional e foi definida uma agenda exclusiva de um dia para este  
37 assunto. Argumentou que a mudança da pauta poderia prejudicar a abordagem da questão do  
38 Uso Tradicional. Disse que devido à existência de dois encaminhamentos sobre a pauta haveria  
39 votação para escolha. José Miguel colocou em votação e ficou decidida a inversão da pauta com  
40 o debate sobre a série “É bom pra quê?” no primeiro dia. A seguir, passou para a aprovação da  
41 ata da 3ª Reunião Ordinária na qual o Sr. Raimundo da Silva (Acbantu) pediu uma correção por  
42 e-mail que já foi incorporada. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên)

43 solicitou que quando fosse mencionado seu nome que ao lado de Laboratório Yantên fosse  
44 incorporado Agricultura Familiar, que é sua representatividade. Após a solicitação do Comitê, o  
45 tema sobre a série “É bom pra quê?” foi invertido na pauta, sendo o primeiro assunto a ser  
46 debatido. **III - Ordem do Dia:** Definiu uma hora para o debate. Maurício Reis (MinC) disse  
47 que a matéria veiculada no Programa Fantástico e na revista Época traz informações  
48 equivocadas e de desrespeito com as comunidades tradicionais. Comentou a pesquisa da  
49 UNIFESP apoiada pela Fundação Palmares sobre a utilização das plantas medicinais nas  
50 religiões africanas e trouxe 20 DVDs do resultado da pesquisa para serem distribuídos aos  
51 membros presentes. Ana Cecília (Anvisa) informou que foi dada uma entrevista ao Sr. Dráuzio  
52 Varella antes do início da Série onde foram passadas informações sobre fitoterápicos, registro  
53 de fitoterápicos, droga vegetal, regulamentação de estabelecimentos. Citou que os dados foram  
54 informados à revista Época após início da série, entretanto, ignoraram e insistem em mostrar  
55 que não há regulamentação. Disse que após o final da Série, deveria ser divulgado um  
56 documento com informações corretas de fitoterápicos não apresentado pelo programa. Sérgio  
57 Panizza (Conbrafito) falou que a série apresentou um lado positivo que foi unir todos os setores  
58 que estavam longe. Disse que irá pedir à Record para fazer oito programas e cada Ministério e  
59 segmento deve apresentar seus pontos e suas defesas. Sérgio disse ainda ser importante os  
60 setores se reunirem e fazerem um documento oficial do Comitê. Douglas (Alanac) informou que  
61 a Alanac disponibilizou em seu site uma resposta sobre as declarações do Dráuzio Varella.  
62 Concorda com a criação de um documento do Comitê como resposta às colocações do Sr.  
63 Dráuzio. Rosa Peres (Mapa) disse que na reportagem com o Dr. Lameira, demonstrou que o  
64 agrônomo estava prescrevendo, entretanto havia junto com ele uma médica e isto não foi  
65 colocado. A Embrapa está preparando um documento para defesa. Luís Marques (Uniban)  
66 questionou se houve contato da imprensa para a realização da Série. José Miguel informou que  
67 o Secretário Reinaldo Guimarães conversou com o Dráuzio Varella por mais de uma hora e  
68 vinte. Disse sobre todo o processo de construção do Programa e seus eixos e do Decreto.  
69 Entretanto o Dráuzio não buscava conhecer o Programa e suas articulações. A ASCOM  
70 orientou ao DAF para esperar o final da Série, para que o Ministério da Saúde possa se  
71 manifestar. Informou que no site do Departamento de Atenção Básica (DAB) tem uma nota  
72 técnica que foi construída juntamente com a Coordenação de Práticas Integrativas e  
73 Complementares. Teolide Turcatel (Agricultura Familiar/Laboratório Yantên) disse que tem  
74 recebido muitos e-mails dizendo que o Comitê deve se manifestar contra o que está sendo  
75 veiculado na Série. Sérgio Panizza (Conbrafito) reforçou as palavras da Teolide e comentou a  
76 oportunidade de reunir os setores para as reportagens na Rede Record, onde poderia expor os  
77 trabalhos de cada Ministério e Anvisa. Jaqueline Dias (Articulação Pacari) comentou a  
78 contradição da Rede Globo de apresentar diversos programas “Globo Repórter” sobre as plantas  
79 medicinais e sua utilização e agora apresenta esta Série no Fantástico. Relembrou o caso  
80 ocorrido no Big Brother onde o MS conseguiu direito de resposta no programa. Daniella  
81 Vasconcelos (MDA) informou que o MDA possui uma rede de serviços onde há muita  
82 demanda, sugestões e que no último mês aumentou muito os e-mails recebidos pedindo uma  
83 posição do Comitê frente às informações da Série. Disse que participou de uma reunião com  
84 Arnaldo (MDA), Alberto (MMA), Rosa (Mapa) e que como produto da mesma, surgiu uma

85 proposta de documento para ser discutida pelos membros do Comitê. Comentou que é  
86 importante avaliar os meios para atingir a uma maior parcela da população, pois só na internet  
87 fica limitado. Joseane (Fiocruz) diz que a discussão coloca uma série de paradigmas, como o  
88 seguinte questionamento: “para que serve a ciência e para quem a ciência serve?” e  
89 complementa que a polêmica reflete que a ciência não tem isenção. Acrescenta ainda que é  
90 preciso ter uma discussão realmente filosófica que aborde a relação técnica – ciência –  
91 sociedade e que mais do que qualquer coisa, esse é um processo histórico e social. Também diz  
92 que a política incomoda uma série de segmentos que têm vários interesses envolvidos, pois  
93 existe interesse a partir do momento que existe uma política e por sua vez, existe um interesse a  
94 partir do momento que existem setores que não têm interesse nessa política. Alberto (MMA)  
95 entende que o comitê precisa ter um posicionamento oficial, porque se trata de uma política  
96 pública. MMA, MDA e Mapa fizeram algumas proposições para um documento que pode ser  
97 elaborado pelo Comitê e depois encaminhado para a Secretaria de Comunicação da Presidência  
98 da República, por meio da Casa Civil e do MS, para ver qual a melhor forma de divulgação.  
99 Alberto explica quais os pontos que o documento abordaria. Suzana (CONASEMS) disse que  
100 trabalha com a população na parte de uso racional de plantas medicinais e também é professora  
101 e o que o estrago que a Globo fez foi muito grande. Que é preciso conseguir, por meio do  
102 Ministério Público ou não, o direito de resposta, colocar nos sites, para atingir todas as pessoas  
103 que foram influenciadas pela Globo. Que a posição do MS foi colocada de uma forma que não  
104 ficou clara, pela maneira que foi editada, que tudo que está sendo feito está errado. Celerino  
105 (CNPMP) disse que foi a um encontro, na Paraíba, de mulheres que trabalham com plantas  
106 medicinais há mais de 20 anos e que estavam todas revoltadas com o Dráuzio Varella. Lembrou  
107 que o mesmo foi entrevistado há quinze anos e perguntado sobre o que achava da planta  
108 medicinal, ele respondeu que era coisa de índio, que isso não prestava. Nessa época, o mercado  
109 mundial era de milhões de dólares e passados quinze anos, o mercado é de meio trilhão de  
110 dólares e lembrando que o Dr. Dráuzio faz pesquisas na Amazônia, mas financiadas por quem?  
111 Afirmou que não podemos ficar calados nesse momento e que no encontro da Paraíba, falou  
112 para a TV, como CNMP, mas cometeu um erro ao agredir o senhor Dráuzio. Celerino foi  
113 chamado por Geraldo Freire para um debate na rádio com alcance em todo o Pernambuco.  
114 Pensa que a proposta do Comitê tem que ser colocada, mesmo que tenha havido muitos erros  
115 no trabalho com as comunidades, como é o caso do “Frei da Babosa”. Lembrou que ao longo  
116 de quarenta anos já foram realizados vinte Simpósios de Plantas Medicinais, sendo o último  
117 com 1.500 trabalhos apresentados. Ressaltou que temos uma história que parte das comunidades  
118 tradicionais como também das pesquisas aqui no país. Concorda que o documento deva ser  
119 feito, mas sem ataques para não vitimizar o Sr. Dráuzio. Luís Marques (Uniban) disse que  
120 parece ser consenso o posicionamento do Comitê, mas não pode ser demorado, porque um  
121 programa tem sido pior que o outro e parece que estamos concordando com tudo aquilo.  
122 Concorda com o Celerino de que há uma série de problemas onde demoramos muito para  
123 enfrentar e que estamos enfrentando agora. Disse ainda que um ponto importante que o Dráuzio  
124 defende é que não existem estudos clínicos fase 3. “Mas a pergunta é: precisa? Eu diria que  
125 não”. O mundo inteiro faz os estudos clínicos no protocolo máximo, para produtos  
126 desconhecidos, que ninguém nunca usou, mas para um produto que vem sendo usado

127 milenarmente, isso não é necessário. Diz que tem debatido o assunto com outros médicos que  
128 defendem a visão do Dráuzio e nota que não é uma visão comercial e sim uma visão do poder  
129 médico. Sugeriu que os membros do Comitê, de posse desse posicionamento, façam a  
130 divulgação, porque é necessário um certo confronto político de tudo isso que o Dráuzio tem  
131 manifestado e que sem dúvida é de grande má intenção. Ana Cecília (Anvisa) falou que os  
132 fitoterápicos já não eram bem-vindos dentro da Anvisa e assim, por causa de um senhor mal  
133 intencionado, vamos enfrentar muito mais problemas para trabalhar esse assunto dentro da  
134 Agência. Se estava difícil discutir a norma de Farmácia Viva, agora será mais difícil. José  
135 Miguel (MS) iniciou sua fala dizendo que as sugestões e a avaliação feitas pelos membros está  
136 correta e é importante registrar que cada uma das entidades tem sua autonomia e sua dinâmica,  
137 o que levou à manifestação de cada uma delas da melhor maneira. O MS está absolutamente  
138 tranquilo com o que fez em relação a esta temática. A partir dos pontos apontados pelo Alberto,  
139 sugere que seja delegado um grupo mínimo de membros do Comitê para elaborar o documento.  
140 Foram indicados: Alanac, Conbrafito, Anvisa, MS, Uniban e MMA. Márcia (MDIC) comentou  
141 que seria importante, frente aos atuais acontecimentos, que o documento fosse enviado ao  
142 Ministro, ao invés de ir para a Casa Civil. Dando continuidade a pauta, Jaqueline (Pacari)  
143 relatou que o GT Uso Tradicional esteve reunido no dia 12 de agosto, com a participação dela  
144 representando a Pacari, Celerino representando o Centro Nordestino de Medicina Popular,  
145 Mauricio representando o MinC, Alberto o MMA, Teolide o Lab. Yanten, Katia e Miguel o MS  
146 e Raimundo representando a Acbantú. Foi o primeiro passo para começar a tratar do tema; se  
147 trata de uma construção, e teremos que pensar juntos como esse tema será fortalecido no  
148 Comitê. Explicou que inicialmente seria feita uma contextualização de como se dá esse trabalho  
149 do uso tradicional de plantas medicinais e depois a apresentação das diversas experiências que  
150 compõem o Comitê e como convidado, representando o povo indígena, os Xacriabás. Alberto  
151 (MMA) iniciou a contextualização, relatando que a reunião do GT iniciou com 3 perguntas: o  
152 que temos, aonde queremos chegar e qual a estratégia para isso. A diretriz nº 10 da Política  
153 Nacional fala do reconhecimento e valorização dos remédios caseiros e das práticas populares e  
154 é esse o foco do GT. O resumo da contextualização pode ser visualizado no arquivo Visão  
155 Tradicional (anexo 1). Katia justificou a ausência de alguns biomas. As experiências  
156 apresentadas foram: Centro Nordestino de Medicina Popular (anexo 2) pelo Celerino; Rede  
157 Fitovida (anexo 3) pela Maria das Graças; Agricultura Familiar Laboratório Yanten (anexo 4)  
158 pela Teolide; Povo Indígena Xacriabá (anexo 5), pela Maria Aparecida de Barros (Cidinha) e o  
159 Vicente Barbosa dos Santos que é o Pajé da comunidade; Articulação Pacari (anexo 6), pela  
160 Jaqueline; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) (anexo 7), pela Joci. Após as apresentações,  
161 Jaqueline (Pacari) explicou que o GT Uso Tradicional discutiu a necessidade de se fazer uma  
162 pesquisa nacional (anexo 8) sobre estas experiências de uso popular e tradicional de plantas  
163 medicinais, uma vez que se pode ver pelas apresentações, uma diversidade muito grande, mas  
164 também uma identidade, seja na organização social ou na saúde. Essa pesquisa poderá subsidiar  
165 a elaboração do que estamos chamando de projeto de lei. A metodologia para fazer esta  
166 pesquisa será proposta por esse GT e referendada, completada e definida pelo Comitê. A  
167 proposta para discussão é se a pesquisa é relevante e se tem o apoio do Comitê e qual a  
168 estratégia de captação para iniciar a pesquisa. Em seguida, foi iniciado o debate e as principais

169 intervenções foram: Panizza (Conbrafito) sugeriu que os termos farmacêuticos fossem  
170 desvinculados dessas experiências, por exemplo, ao invés de tintura, usar o termo garrafada.  
171 Alberto (MMA) explicou que na primeira reunião do GT não foi analisada a legislação  
172 internacional, como a do México e que o sentido da pesquisa é saber o que temos para poder  
173 comparar com outros países, inclusive em termos legais. Angelo (DAB) contou que há um  
174 tempo, elaborou uma proposta de um projeto para a criação de um banco de dados sobre  
175 conhecimento tradicional. Houve discussão grande e as comunidades achavam que não tinha  
176 como registrar o conhecimento, porque este faz parte da cultura. O importante é saber o que  
177 cada grupo, dentro de sua lógica, deseja avançar. Ana Cecília (Anvisa) lembrou que está  
178 definido em Lei desde 1976 medicamento e alimento. Que é preciso criar outra classe de  
179 produto, porque o que foi visto nas apresentações não se enquadra no conceito teórico de  
180 medicamento e sugere estudar o conceito de remédio herbolário utilizado pelo México. José  
181 Miguel (MS) disse que é preciso fazer um debate se a pesquisa e a regulamentação são  
182 necessárias, qual o objetivo, quais as metodologias; se isso vai ser uma encomenda pode ser  
183 visto no ambiente do MS, do Decit, se pode ser objeto de uma modalidade de contratação de um  
184 instituto para fazer a pesquisa. José Miguel (MS) sugeriu que o GT elabore um termo de  
185 referência para a pesquisa, com o volume de recurso necessário, para verificar qual Ministério  
186 ou se um fundo pode financiar o trabalho. Teolide (Agricultura Familiar/Lab. Yanten) disse ser  
187 favorável à proposta de pesquisa e alertou que tem que se pensar nos trinta anos de trabalho que  
188 não podem ser jogados para o ar, onde a indústria da agricultura familiar tem tentado se adequar  
189 à legislação da Anvisa, com muita dificuldade, mas já tem pesquisas em plantas medicinais, já  
190 tem alguns registros de medicamentos. Mas é preciso avançar para o que está colocado na  
191 Política Nacional. Ana Lúcia (MCT) disse que o Comitê terá que fazer uma reflexão do que é  
192 conhecimento tradicional e o que é produto. Letícia (MMA) sugeriu que a Jaqueline envie ofício  
193 ou e-mail para a presidência da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, do MDS e  
194 para o MMA sugerindo esse tema como pauta da comissão. Katia (DAF) complementou o que a  
195 Ana Lúcia falou, isto é, que tem uma questão anterior que é diferenciar conhecimento  
196 tradicional do popular e ainda definir o objetivo disso tudo, ou seja, atender e distribuir para a  
197 comunidade ou comercializar os produtos. Enfim, conceitos, objetivos, regulamentação  
198 inclusive do patrimônio genético terão que “andar mais ou menos juntos”. Luís Marques  
199 (Uniban) disse que poderia se imaginar outra portaria, assim como está sendo regulamentada a  
200 Farmácia Viva, criar medicamento tradicional, farmácia de medicamento tradicional, com  
201 regulamento próprio, ao invés de se pensar em Lei que é um processo demorado. Por exemplo,  
202 uma autorização de vigilância, um registro municipal para pequenos produtores, para  
203 comercialização regional. Ana Cecília (Anvisa) explicou que Farmácia Viva é uma  
204 especificidade de Farmácia a qual já está na Lei. Hoje só tem medicamento, que por definição  
205 legal, tem que ter comprovação de segurança e eficácia e controle de qualidade. Teria que haver  
206 outro tipo de produto, um produto tradicional para saúde ou remédio herbolário, com segurança  
207 e eficácia baseadas no uso tradicional e um controle de qualidade com menos exigências. José  
208 Miguel (MS) ressaltou que se prevalecer no Comitê o entendimento de criar um novo conceito,  
209 poderia incluí-lo em algum projeto do Congresso que trate de acesso a medicamentos. Sugeriu  
210 que Alberto ou Jaqueline pudessem fazer um diagnóstico do que está tramitando no Congresso e

211 em que fase está e conversar com o proponente, pedir cooperação, fazer uma articulação política  
212 do Comitê. Podemos também pedir pela Assessoria Jurídica do MS para fazer esse  
213 levantamento. O GT precisa continuar com esse debate na perspectiva de ter um produto para aí  
214 ter uma ação política no Congresso Nacional, não focado na pesquisa, mas nas próprias  
215 experiências e nas apresentadas aqui. Se o grupo aceitar esse desafio, aguardamos uma minuta,  
216 um arcabouço mais elaborado, para a reunião de novembro. Ana Cecília (Anvisa) lembrou que o  
217 conceito de droga vegetal foi inserido no Decreto nº 79.094/76 que está para ser republicado.  
218 Ivanildo (Casa Civil) explicou que após as eleições muitos projetos serão aprovados. Que agora  
219 será difícil fazer uma negociação, só se for para o ano que vem. Mas que recebeu um novo  
220 Decreto da Anvisa, que ainda será analisado. Então é preciso falar, ajustar com a Anvisa. José  
221 Miguel (MS) disse que para a reunião de novembro, teria que ter uma apresentação de proposta,  
222 que se homologada pelo Comitê pode ser enviada para a Anvisa. Jaqueline (Pacari) disse que é  
223 preciso fazer um planejamento e definir ações a curto e médio prazo, atender as prioridades,  
224 diferenciando as experiências de remédios caseiros e indústria. Ficou decidido que Jaqueline  
225 (Pacari) e Joci (GTA) levariam proposta de termo de referência para pesquisa para a reunião do  
226 GT. Ivanildo (Casa Civil) disse que a inserção no Decreto tem que ser algo simples e claro, um  
227 artigo com dois ou três parágrafos, para a negociação ser fácil com a Anvisa. Ana Cecília  
228 (Anvisa) recomendou ao GT ver a legislação dos Estados Unidos que têm produtos que não são  
229 medicamentos, e que está escrito na embalagem que o FDA não se responsabiliza por esse tipo  
230 de produto. Para ser criado algo para todo país é preciso avaliar, inclusive, se existem condições  
231 para a Anvisa regulamentar ou se ela não se responsabilizaria pelo produto de uso tradicional.  
232 Maria das Graças (Rede Fitovida) solicitou sua inclusão no GT Uso Tradicional. Voltando ao  
233 assunto do documento do Dráuzio Varela, o Comitê discutiu ainda se o documento seria  
234 publicado ao final da série do programa, alguns pontos importantes a serem colocados e o  
235 tamanho do documento. Também foi discutida a possibilidade de usar campanhas para  
236 divulgação da Política e da Fitoterapia junto à população. Ana Cecília (Anvisa) disse que o MS  
237 e a Anvisa estão fazendo cartilhas de orientação aos usuários. O 2º dia de reunião iniciou com a  
238 compilação dos textos propostos pelo Luís Carlos (Uniban), Alberto (MMA) e Douglas  
239 (Alanac), Ana Cecília (Anvisa) e Katia (DAF/MS). O texto foi lido e várias observações foram  
240 feitas pelos membros do Comitê. Foi feita uma pausa na reunião para avançar no texto, para  
241 estruturá-lo melhor. Após a pausa, foi dada sequência na pauta da reunião, com a Joseane  
242 (Fiocruz) apresentando o resultado da reunião do GT Critérios para Listas, na qual participaram:  
243 Celerino (CNMP), Rosa (Mapa) Anny (Abifisa), Valcler e Joseane (Fiocruz), Benilson e Katia  
244 (DAF/MS). Dos 11 interessados em participar do GT, apenas 5 compareceram. Ela fez um apelo  
245 para que houvesse maior comprometimento e participação. O grupo trabalhou na lógica do  
246 braim-storming e trabalhou com documentos base como a publicação do MS sobre o Programa  
247 da Ceme. Foram definidos 4 eixos e para cada eixo vários critérios e o grau de relevância. Em  
248 seguida, a Joseane (Fiocruz) fez alguns esclarecimentos sobre o conteúdo da apresentação  
249 (anexo 9), como por exemplo, o que é evidência de comercialização regulada. Ana Lúcia  
250 (MCT) elogiou o trabalho e sugeriu a inclusão dos critérios segurança e eficácia em todos os  
251 eixos. Jaqueline (Pacari) pediu para que o conhecimento tradicional tivesse um peso maior;  
252 alertou para o termo evidências de uso tradicional; sentiu falta de manejo sustentável e

253 extrativismo. Ana Lúcia (MCT) lembrou que o conhecimento tradicional não é necessariamente  
254 publicado e pode ter outras formas de visualização, como vídeos, livros, revistas, museus etc.  
255 Suzana (CONASEMS) disse que é importante valorizar o conhecimento tradicional acoplado ao  
256 científico. Luís Carlos (Uniban) quis saber se poderia sugerir, sem destruir ou questionar o que  
257 foi feito, que o critério mais objetivo que temos é o registro na Anvisa, que também inclui o uso  
258 tradicional. José Miguel (MS) lembrou que usando critérios A, B ou C se chegará a listas muito  
259 semelhantes. Quando a Rénisus foi feita, foram consideradas as plantas já utilizadas pelos  
260 municípios, incorporadas na atenção básica, algumas que tinham gerado fitoterápico, com  
261 registro na Anvisa, nativas, exóticas adaptadas, não constantes da lista de plantas em extinção.  
262 Após mais algumas intervenções, ficou decidido que o GT poderia trabalhar para condensar  
263 mais os critérios e ponderar as sugestões recebidas. Em seguida, foram agendadas as próximas  
264 reuniões dos GTs: dia 20/10 a reunião do GT Critérios para Listas e dia 21/10 a reunião do GT  
265 Uso Tradicional. Katia pediu desculpas por enviar a ata fora do prazo, mas é devido à demora  
266 no recebimento da degravação. Tem enviado todo o material junto para o Comitê não receber  
267 muitos e-mails. De volta ao texto do Dráuzio Varela, foi lida a versão das 12h. O Comitê fez  
268 mais sugestões e como não houve tempo de finalizar o documento, ficou decidido que o DAF  
269 faria um compilado das propostas e o documento seria fechado na 3ª feira, dia 28/09 e enviado a  
270 todos para aprovação por e-mail (anexo 10). As instituições ficaram livres para assinar ou não e  
271 também para divulgar aos seus pares. **IV - Palavra aos membros:** Jaqueline (Pacari) avisou  
272 que o MMA abriu processo de consulta à sociedade para elaboração das recomendações a serem  
273 levadas para a COP em Nagoya/Japão. Foi colocada a recomendação para o governo brasileiro  
274 de criação de parcerias com os movimentos sociais, visando o uso seguro e sustentável de  
275 plantas medicinais, provendo recursos financeiros para a implementação da diretriz 10 da  
276 Política Nacional. Teolide (Agricultura Familiar/Lab. Yanten) disse que mesmo com os  
277 esclarecimentos prestados pela Ana Cecília, em particular, gostaria que o assunto das Farmácias  
278 Vivas entrasse novamente em discussão. Ana Cecília (Anvisa) sugeriu que a área de Inspeção  
279 da Anvisa fosse convidada a participar da próxima reunião. Joseane (Fiocruz) relatou a oficina,  
280 promovida pelo DAF e pela Fiocruz, que aconteceu nos dias 09 e 10 de setembro no Rio de  
281 Janeiro, com 22 municípios e 4 Estados para discutir eixos para projetos na área de plantas  
282 medicinais e fitoterápicos. Em seguida, Katia leu a Carta do Rio de Janeiro (anexo 11). Nada  
283 mais havendo José Miguel (MS) convidou os participantes para o almoço, agradeceu a  
284 participação e paciência de todos os presentes e deu por encerrada a 2ª reunião extraordinária do  
285 Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Assinam a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Alberto Jorge da Rocha Silva \_\_\_\_\_

Ana Cecília Bezerra Carvalho \_\_\_\_\_

Ana Lúcia Araújo \_\_\_\_\_

Celerino Carriconde \_\_\_\_\_

Daniella Vasconcelos \_\_\_\_\_

Douglas Duarte Q. Rego \_\_\_\_\_

Francisca Elizabete Ferreira de Oliveira \_\_\_\_\_  
Ivanildo Tajra Franzosi \_\_\_\_\_  
Jaqueline Evangelista Dias \_\_\_\_\_  
José Miguel do Nascimento Júnior \_\_\_\_\_  
Luciana de Oliveira Melo \_\_\_\_\_  
Luís Carlos Marques \_\_\_\_\_  
Maria das Graças Pereira e Silva \_\_\_\_\_  
Maria Jocicleide Lima de Aguiar \_\_\_\_\_  
Márcia de Souza Pontes \_\_\_\_\_  
Márcia Maria Pilatti \_\_\_\_\_  
Maurício Jorge S. Reis \_\_\_\_\_  
Ricardo Tabach \_\_\_\_\_  
Rosa Maria Peres Kornijezuk \_\_\_\_\_  
Sérgio Tinoco Panizza \_\_\_\_\_  
Suzana Ester Nascimento Ogava \_\_\_\_\_  
Teolide Parizotto Turcatel \_\_\_\_\_